A SUPREMA CORTE E A SAÚDE DOS BRASILEIROS

*José Aristodemo Pinotti**

O Ministro José Gomes Temporão, a quem aprecio pela visão de uma saúde equitativa e por ter sido discípulo do meu amigo Sérgio Arouca, publica na Folha de S. Paulo, de 26/ 04, artigo esperançoso de que o Supremo Tribunal Federal (STF) possa solucionar a questão da judicialização dos medicamentos, incômoda à magistratura **e** aos cofres da saúde. Isso será feito, mais uma vez, na vicariância de um legislativo inerte e gestão eficiente. Mas o STF foi mais longe e inquiriu sobre o direito do cidadão à saúde, fraudes e distorções do Sistema e desvios constitucionais. Acertou, pois é disso que estamos necessitando. Convidaram-me, irei , mas quero iniciar aqui, com um histórico da nossa Saúde e suas principais e intocáveis mega fraudes, que se acumulam.

Após a Segunda Grande Guerra, estabeleceu-se um antissistema de Saúde: Santas Casas ajudadas pela comunidade e médicos, atendendo a desvalidos; Ministério da Saúde e Estados, fazendo "saúde pública" com programas verticalizados de Doenças Infecciosas e o INAMPS, que congregou os inúmeros IAPs e cuidava do diagnóstico e tratamento, tudo sem integração e com resultados pobres.

Nos anos 80, com o enfraquecimento do regime militar, os ventos que sopraram do Welfare State europeu e seus sistemas nacionais de saúde, os pensadores de saúde brasileiros ganharam força para defender um Sistema Nacional equitativo e, desde o início do Governo Sarney foi possível implantar modelos nessa direção, como o SUDS em São Paulo e outros, cujos resultados de cobertura, acesso, acolhimento foram excelentes e começaram a se multiplicar no País. Realizada a 8º. Conferência Nacional de Saúde, o SUS entrou na Constituição e seus princípios para a prática. Foi a década mais rica e produtiva.

A partir dos anos 90, inicia-se esse processo entrópico, monetarista, neoliberal, que estoura, agora, nesta crise econômica que vivemos. No seu bojo a intenção clara de privatizar, com objetivos de lucro, as grandes políticas públicas como: Educação, Previdência e Saúde. As emendas constitucionais são aprovadas, resistindo a da Saúde, a única derrubada, mas não se consegue resistir às pressões. A contra-reforma privatizante é avassaladora. O Congresso aprovou em 1.996, com total apoio do Governo, a malfadada Lei das Patentes, razão fundamental desse processo de judicialização, sem as salvaguardas recomendadas internacionalmente, de fabricação local e interregno, destruindo a indústria farmoquímica brasileira e nos tornando dependentes. Hoje compramos produtos da Índia, com mais de 1.200 indústrias farmoquímicas.

A saúde pública se privatiza legal e ilegalmente, criando o que existe hoje: uma saúde pobre para os pobres remanescentes do SUS e uma saúde no mercado para quem tem 4 centavos para pagá-la e fugir das filas, da espera e dos maus tratos; a maior propaganda para a aquisição dos planos de saúde, comprados por 45 milhões de brasileiros. **O**s Governos tentam escamotear politicamente, citando grandes números de atendimento, retornando às formas campanhistas demagógicas, falando de mortalidade infantil que cai inercialmente, sem compará-la com os demais países da América Latina, que a têm 30% menor, escondendo a mortalidade materna, 20 vezes maior que a dos países que cuidam da sua saúde, e aproveitando-se da retirada total da classe média do SUS, que tinha controle social sobre o mesmo, pois os que lá ficaram ainda entendem a saúde como favor e não um direito. E mais, os que dirigem o Sistema, não o utilizam. O Governo, o Legislativo, as Estatais compram para si Planos de Saúde e gastam com isso (só o Federal e sete estatais) mais de 10 bilhões de reais/ ano. A ANS **e o Congresso** permite**m**, há dez anos, ao arrepio da Constituição e da Lei Nº. 9.656, que os planos cobrem do usuário e utilizem, para procedimentos mais caros, o Sistema Público, sem ressarci-lo, **furto** comprovado com auditorias repetidas do Tribunal de Contas da União, que chegam a

dois bilhões de reais por ano. Por dentro do SUS, nessa ânsia de parasitar e transferir dinheiro público para o setor privado, terceiriza-se tudo, desde lavanderia, cozinha, segurança, até serviços especializados de anestesia, diálise, clínica médica, cirúrgica e a própria direção de hospitais, sangrando o público e abandonando a possibilidade de uma Política de Estado da Saúde, base estratégica de um Sistema único e equitativo, que, em análises internacionais consistentes, tem sido os de melhores resultados e custo/ benefício. Cito Inglaterra, Canadá e Taiwan, países absolutamente capitalistas, com Sistemas de Saúde Socialistas e excelentes resultados.

É a hora da verdade, aberta ao País pela nossa Suprema Corte. Vamos aproveitá-la.

**JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI, 74, Secretário Municipal da Mulher, Professor Emérito da USP e da Unicamp, Membro da Academia Nacional de Medicina. Foi Secretário de Saúde e Educação do Estado de São Paulo. Presidente da Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia (1986-1992) e Reitor da Unicamp (1982-86).*